

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 55, DE 13 DE JULHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 35, da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Exonerar, a partir de 14 de julho de 2017, MARIA CRISTIANA FERREIRA MACIEL GUIMARÃES, Analista Judiciária, Área Judiciária, do quadro de pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, do cargo em comissão de Assessor II, nível CJ-2, do gabinete do, então Conselheiro, Ministro Lelio Bentes Corrêa.

Min. CÁRMEN LÚCIA

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA****PORTARIA Nº 518, DE 13 DE JULHO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Por Solicitação da Senhora Ministra Rosa Maria Weber Candida da Rosa, designa DANIELA FERNANDES DARÓS, Analista Judiciário, Área Judiciária, para substituir a Assessora-Chefe, Nível CJ-3, no período de 10 a 21.7.2017.

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA
Substituto

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 258, DE 27 DE JUNHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ n. 10.946/2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor MARCO AURELIO CASTRO DE MENEZES, matrícula S031350, para prestar serviços na Defensoria Pública da União em Belo Horizonte-MG, pelo prazo de um ano, concedendo-lhe 20 dias de trânsito, nos termos do art. 18 da Lei n. 8.112/90.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 272, DE 4 DE JULHO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos arts. 9º, II, e 35, I e II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Efetuar as seguintes alterações no Gabinete do Ministro Marco Buzzi:

I - Exonerar, a pedido, CARLOS EDUARDO DA COSTA SILVA, matrícula S067401, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3;

II - Dispensar MARCELO FREITAS DIAS, matrícula S039319, da função de confiança de Assistente IV, código FC-4;

III - Nomear MARCELO FREITAS DIAS, matrícula S039319, para o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, na vaga decorrente da exoneração de Carlos Eduardo da Costa Silva;

IV - Designar CARLOS EDUARDO DA COSTA SILVA, matrícula S067401, para a função de confiança de Assistente IV, código FC-4, na vaga decorrente da dispensa de Marcelo Freitas Dias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min Laurita Vaz

SECRETARIA**PORTARIA Nº 485, DE 12 DE JULHO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização, resolve:

Art. 1º Designar JANAÍNA SUAIDEN RODOPoulos, matrícula S052900, para a função de confiança de Assistente II, código FC-2, do Gabinete do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, na vaga decorrente da dispensa de Bruno Cesar dos Santos Frota.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER DISNEY NOLETO COSTA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**ATO Nº 359, DE 12 DE JULHO DE 2017**

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XXXIV do art. 35 do Regimento Interno e tendo em vista o constante do Processo Administrativo TST nº 502.225/2017-7, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ao servidor ANTÔNIO CARLOS DA ROCHA PEREIRA, código 12496, no cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, Classe C, Padrão 13, com fundamento no art. 3º, incisos I a III, e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005; e no art. 62-A da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001.

Min. RENATO DE LACERDA PAIVA

ATO Nº 366, DE 13 DE JULHO DE 2017

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Designar a servidora EDVANJA ALESSANDRA RODRIGUES HERR DA SILVEIRA, código 40580, Analista Judiciário, Área Administrativa, para substituir o titular do cargo em comissão de Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas, Nível CJ-2, no período de 22 a 26 de julho de 2017.

Min. RENATO DE LACERDA PAIVA

PORTARIA Nº 54, DE 13 DE JULHO DE 2017

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/1991, no art. 3º do ATO.SRLP.SÉR.H.GDGCA.GP.Nº 316/2006, e tendo em vista o constante do Processo TST nº 503.279/2008-0, resolve:

Prorrogar o prazo de cessão ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, da servidora ELIANE FERES, código 20498, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a contar de 8/10/2017, para o exercício de função comissionada.

Min. RENATO DE LACERDA PAIVA

SECRETARIA**ATO Nº 343, DE 12 DE JULHO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 47, de 12/7/2017, da Secretaria de Controle Interno, resolve:

Designar a servidora MICHELE CONSTANÇE DE MAGALHAES FERREIRA FARIAS, código 5339, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir o titular da função comissionada de Supervisor da Seção de Auditoria de Gestão de Bens e Suprimentos, Nível FC-5, da Coordenadoria de Auditoria de Gestão Administrativa, no período de 24 de julho a 2 de agosto de 2017.

JOSÉ RAILTON SILVA RÊGO

ATO Nº 344, DE 13 DE JULHO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante dos memorandos nºs 27 e 28, de 7/7/2017, do Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, resolve:

Designar a servidora MARIA CRISTIANA FERREIRA MACIEL GUIMARÃES, código 48891, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer a função comissionada de Assistente 6, Nível FC-6, do Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

JOSÉ RAILTON SILVA RÊGO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**PORTARIA Nº 382, DE 11 DE JULHO DE 2017**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, XXXI, do Regimento Interno do Tribunal, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo Digital nº 1179/2016, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor PAULO SÉRGIO COSTA MARQUES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com proventos integrais, acrescidos da vantagem de caráter pessoal relativa à Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço, previsto no art. 67, da Lei n.º 8.112/1990.

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**PORTARIA Nº 709, DE 10 DE JULHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 17, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, o artigo 2º, parágrafo único, do Decreto n.º 4.050/2001, e o artigo 93, inciso I, da Lei n.º 8.112/1990, e tendo em vista o disposto nos autos do Procedimento Administrativo Digital (PAD) n.º 10.567/2017, resolve:

ceder, para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do presente ato no Diário Oficial da União, a servidora LIVIA VIANA BEZERRA MAIA, Técnica Judiciária desta Justiça Especializada, para exercer a função comissionada de Assistente I da 5ª Zona Eleitoral - município de Macaíba/RN, de nível FC-1, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar-se da publicação deste ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DESEMBARGADORA MARIA NAILDE
PINHEIRO NOGUEIRA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL****PORTARIA Nº 84, DE 7 DE JUNHO DE 2017**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 30, incisos I e II do Regimento Interno deste Tribunal, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 0002643-81.2017.6.07.8100, resolve:

Designar, ad referendum do Tribunal, a Juíza de Direito Catarina de Macedo Nogueira Lima e Correa para exercer, a partir da publicação deste ato, a função de Juíza Substituta da 6ª Zona Eleitoral, ficando dispensado o Juiz de Direito Weiss Webber Araújo Cavalcante, em decorrência do término de seu biênio, que ocorrerá em 13/07/2017.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**PORTARIA Nº 17.032, DE 13 DE JULHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item XXV, do Regimento Interno, e à vista do que consta no processo administrativo eletrônico SEI nº 0023555-50.2016.6.14.8000, resolve:

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO as nomeações dos incisos VIII, XI, XIV, XVIII, XX e XXIII do art. 1º, e dos incisos X, XI e XII, do art. 2º, da Portaria nº 16.940/2017, desta Presidência, publicadas no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017, em decorrência de desistência expressa apresentada pelos candidatos.

Art. 2º. NOMEAR os seguintes candidatos, habilitados em Concurso Público de Provas realizado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES) para provimento de cargos neste Tribunal, cujo resultado foi homologado pela Resolução TRE/PA nº 5.249/2014, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE em 24/07/2014, e prorrogado pela Resolução TRE/PA nº 5.364/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE em 14/07/2016, para exercerem, em caráter efetivo, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, NS, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de acordo com a Lei nº 11.416, de 15/12/2006, e alterações:

I - ANDRE LUIZ SILVA DA CRUZ, em vaga decorrente da criação do cargo pela Lei nº 13.150 de 27/07/2015, publicada no DOU em 28/07/2015;

II - PATRICIA CAMPOS, em vaga decorrente da criação do cargo pela Lei nº 13.150 de 27/07/2015, publicada no DOU em 28/07/2015;

III - KELLY ANUNCIACÃO FERREIRA, em vaga decorrente da criação do cargo pela Lei nº 13.150 de 27/07/2015, publicada no DOU em 28/07/2015;

IV - GABRIEL PONTES DOS SANTOS, em vaga decorrente da criação do cargo pela Lei nº 13.150 de 27/07/2015, publicada no DOU em 28/07/2015;

V - JHONATAN ELIAN MONTEIRO ALVES, em vaga decorrente da declaração de vacância do cargo ocupado pela servidora Denise Delmiro de Oliveira, conforme Portaria nº 16.190/2016, publicada no DOU em 25/08/2016;

VI - THIAGO COSTA GOMES, em vaga decorrente da redistribuição do cargo ocupado pela servidora Francisca Lemos de Freitas para o TRE/CE, conforme Portaria nº 16.781/2017, publicada no DOU em 04/05/2017;

VII - ERICA FONTENELE DE SOUZA AZULAY, em vaga decorrente da declaração de vacância do cargo ocupado pela servidora Erika Fernanda Balbi Cruz Araújo, conforme Portaria nº 16.987/2017, publicada no DOU em 10/07/2017.

Art. 3º. NOMEAR os seguintes candidatos, habilitados em Concurso Público de Provas realizado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES) para provimento de cargos neste Tribunal, cujo resultado foi homologado pela Resolução TRE/PA nº 5.249/2014, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE em 24/07/2014, e prorrogado pela Resolução TRE/PA nº 5.364/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE em 14/07/2016, para exercerem, em caráter efetivo, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, NI, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de acordo com a Lei nº 11.416, de 15/12/2006, e alterações: